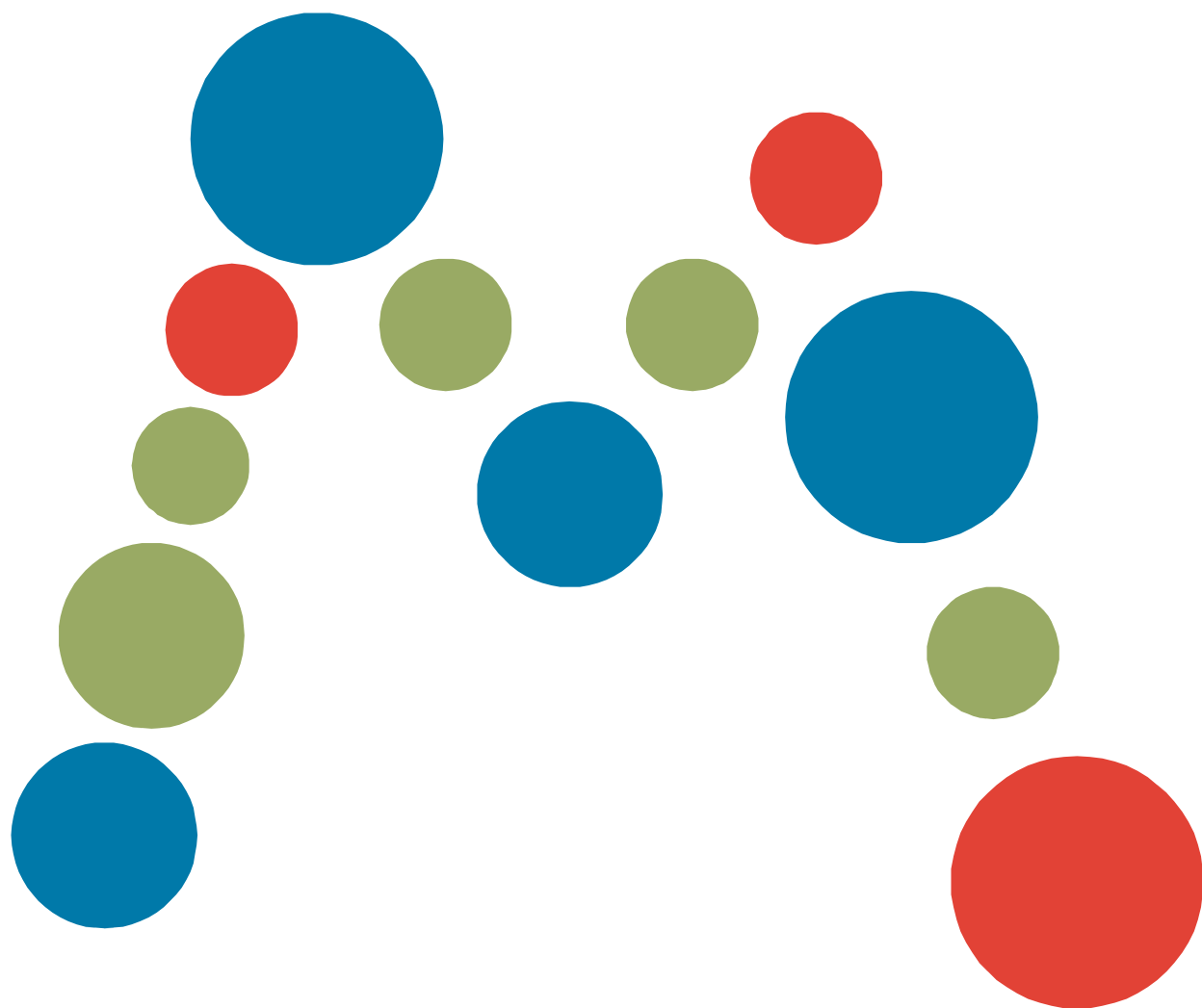


Mercados

informação global



Chile Ficha de Mercado

Março 2013



aicep Portugal Global

Índice

1. O País em Ficha	03
2. Economia	04
2.1 Situação Económica e Perspetivas	04
2.2 Comércio Internacional	07
2.3 Investimento	10
2.4 Turismo	12
3. Relações Económicas com Portugal	13
3.1 Comércio	13
3.2 Serviços	17
3.3 Investimento	17
3.4 Turismo	17
4. Relações Internacionais e Regionais	17
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	20
5.1 Regime Geral de Importação	20
5.2 Regime de Investimento Estrangeiro	22
5.3 Quadro Legal	24
6. Informações Úteis	26
7. Endereços Diversos	28
8. Fontes de Informação	30
8.1 Informação Online da aicep Portugal Global	30
8.2 Endereços de Internet	32

1. O País em Ficha

Área:	756.946 km ²
População:	17,2 milhões de habitantes (estimativa 2012)
Densidade populacional:	22,9 hab./km ² (estimativa 2012)
Designação oficial:	República do Chile
Chefe do Estado e do Governo:	Sebastián Piñera (eleito em 17 de janeiro de 2010)
Data da atual Constituição:	1980 (posteriormente sujeita a diversas atualizações)
Principais Partidos Políticos:	<u>Governo</u> : Coalición por el Cambio, composta pela Renovación Nacional (RN) e pela Unión Demócrata Independiente (UDI); Chile Primero (CH1) <u>Oposição</u> : Concertación de Partidos por la Democracia (Concertación), coligação composta pelo Partido Demócrata Cristiano (PDC), Partido Radical Social Demócrata (PRSD), Partido Socialista (PS) e Partido por la Democracia (PPD); Partido Comunista (PC); Partido Regionalista Independiente (PRI). As próximas eleições presidenciais e para o Congresso irão ter lugar em novembro de 2013
Capital:	Santiago do Chile (7 milhões de habitantes, área metropolitana, est. 2012)
Outras cidades importantes:	Iquique, Antofagasta, La Serena, Valparaíso, Viña del Mar, Concepción, Talcahuano, Temuco, Valdivia, Puerto Montt e Punta Arenas
Religião:	Não existe religião oficial, mas a maioria da população professa o cristianismo (70% católica romana e 15% evangélica e outras)
Língua:	Castelhano
Unidade monetária:	Peso chileno (CLP) 1 EUR = 620,805 CLP (Banco de Portugal, final de fevereiro 2013)
Risco País:	Risco político - A (AAA = risco menor; D = risco maior) Risco de estrutura económica - A Risco geral - A (EIU – março 2013)
“Ranking” de negócios:	Índice – 7,96 (10 = máximo) “Ranking” geral - 12 (entre 82 países) “Ranking” regional - 1 (entre 12 países) (EIU – março 2013)
Risco de crédito:	2 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – março 2013 - http://cgf.cosec.pt)
Grau de abertura e dimensão relativa do mercado (2011):	Exp. + Imp. / PIB = 61,3% Imp. / PIB = 28,5% Imp. / Imp. Mundial = 0,41%

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) – Country Report, March 2013/Viewswire, March 2013; World Trade Organization (WTO)
Banco de Portugal; Companhia de Seguros de Crédito (COSEC);

2. Economia

2.1 Situação Económica e Perspetivas

Com uma população estimada em 17,4 milhões de habitantes, um produto interno bruto (PIB) da ordem de 268,4 mil milhões de dólares norte-americanos (USD) e um PIB *per capita* de 15.420 USD, o Chile representa a sexta economia da América Latina e constitui um caso de sucesso económico e social no contexto da região, de que é exemplo a sua adesão à OCDE, em janeiro de 2010, tornando-se assim no segundo país da América Latina a aderir a esta organização (depois do México). Contudo, se é um facto que a pobreza tem vindo a diminuir, continuam a persistir significativas desigualdades sociais¹.

Em virtude das reformas levadas a cabo ao longo dos últimos anos, o Chile distingue-se por ser um dos países mais estáveis da região em termos económicos, sociais e políticos, e por apresentar as melhores classificações no que se refere ao desenvolvimento humano, qualidade de vida, ambiente de negócios e competitividade. Assim, apesar da dimensão do mercado ser relativamente reduzida, o Chile assume uma posição de relevo enquanto destino de investimento estrangeiro e como potência económica regional.

O país pratica uma política de liberalização da economia desde a década de 1970, traduzida em privatizações, desregulamentação, modernização dos mercados de capitais, independência do Banco Central, reforma da legislação do trabalho e da segurança social. A intervenção do Estado na economia é limitada mas assume um papel determinante, nomeadamente através de planos de relançamento económico.

Depois do regresso à democracia em 1990, os sucessivos governos empenharam-se em estabelecer um quadro favorável à livre concorrência e reforçaram a política de rigor fiscal adotando uma regra implícita de *superavit* orçamental, reduzindo assim a dívida pública. Esta regra tem permitido reduzir as oscilações cíclicas da atividade económica, através da introdução de medidas contracíclicas - dinamizando a economia em fases de menor crescimento e evitando o sobreaquecimento em momentos de maior pujança.

A economia chilena caracteriza-se por uma grande abertura ao exterior (particularmente América do Norte, Europa e Ásia), por uma especialização da produção nacional, existindo assim uma grande dependência de setores onde o Chile dispõe de vantagens comparativas (por exemplo minas, nomeadamente cobre², pasta de papel, salmão e produtos do mar, frutas e legumes) e por um tecido industrial relativamente fraco.

¹ O Chile é o país que apresenta maiores desigualdades de rendimento no contexto da OCDE, com um coeficiente de Gini de 0,503 (contra 0,313, em termos médios, para a OCDE).

² O Chile é o principal produtor mundial de cobre o qual representa mais de 50% das exportações e 11,6% do PIB.

De salientar que o setor mineiro é um dos pilares da economia chilena (12,8% do PIB). O Chile é o primeiro produtor mundial de cobre (33,4% da produção mundial e 38% das reservas totais), de lítio (31% da produção mundial), de iodo (58% da produção mundial) e de nitrato. Os investimentos neste setor, tanto diretos como indiretos, são um dos principais motores da atividade industrial.

A economia chilena assenta no setor dos serviços, que representa 61,5% do PIB, seguindo-se a indústria (36,1% do PIB) e o setor agropecuário (3,6% do PIB).

Grande parte da atividade económica está concentrada na região metropolitana de Santiago, com 40% da população total, e na Região V, onde se situam as cidades de Valparaíso e Viña del Mar, com 10,2% da população total. Na região Centro-Sul os setores mais dinâmicos da economia são a silvicultura, a agricultura tradicional e a fruticultura, enquanto na região Centro-Norte predomina a agricultura de exportação. A extração mineira de cobre é uma importante fonte de riqueza na segunda região do país (Antofagasta), enquanto na região do Sul está concentrada a produção de salmão.

Depois de um período de desempenhos económicos muito positivos, resultantes de uma estratégia bem sucedida, focada na sustentabilidade macroeconómica, na fiabilidade das suas instituições, na promoção da competitividade e na integração do país a nível internacional, os efeitos da crise financeira e económica internacional vieram penalizar a economia chilena, que registou uma contração do crescimento em 2009 (-1,7%). No entanto, em 2010 verificou-se uma rápida recuperação do PIB que se traduziu num crescimento de 6,1% (os países da América Latina registaram um crescimento médio de 4,1%), estabilizando no ano seguinte em 6%, impulsionado por todas as atividades económicas, à exceção do setor mineiro que registou uma contração devido à queda da produção de cobre.

A procura interna aumentou 9,4% em 2011, impulsionada pelo investimento e pelo consumo. A formação bruta de capital fixo teve um incremento de 17,6%, fruto do dinamismo do setor da construção (+12,7%) e do investimento em máquinas e equipamentos, que aumentou 25,8%. Por outro lado, o consumo total registou uma subida de 7,9%, em linha, fundamentalmente, com o aumento do consumo privado (+8,8%), em virtude da aquisição de bens e serviços, sobretudo bens duradouros, em particular automóveis e eletrodomésticos. No que se refere ao comércio exterior de bens, as exportações registaram um acréscimo de 4,6%, enquanto as importações aumentaram 14,4%.

O crescimento económico tem sido acompanhado de um controlo da taxa de inflação (3,3% em 2011 que compara com 1,4% em 2010), de uma taxa de desemprego abaixo de 7%, de um saldo do setor público positivo (1,5% do PIB) e de uma sólida posição externa – a dívida pública representa 11% do PIB, as reservas asseguram aproximadamente seis meses de importações e os dois fundos soberanos acumulam cerca de 18 mil milhões de USD.

Relativamente a 2012, as estimativas da *Economist Intelligence Unit* (EIU) e do Banco Central do Chile apontam para um crescimento do PIB da ordem de 5,5%, ou seja, um dos mais vigorosos no contexto da América Latina, tendo a procura interna aumentado cerca de 8%.

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2010 ^a	2011 ^a	2012 ^b	2013 ^c	2014 ^c	2015 ^c
População	Milhões	17,1	17,2	17,4	17,6	17,7	17,9
PIB a preços de mercado	10 ⁹ USD	216,3	248,6	268,4	295,2	319,9	344,6
PIB <i>per capita</i>	USD	12.650	14.410	15.420	16.820	18.060	19.290
Crescimento real do PIB	%	6,1	6,0	5,5	4,7	4,9	4,8
Consumo privado	Var. %	10,0	8,8	5,8	5,7	5,1	5,4
Consumo público	Var. %	3,9	3,9	4,5	4,0	3,5	3,4
Formação bruta de capital fixo	Var. %	14,3	17,6	11,0	8,0	7,5	7,0
Taxa de desemprego	%	7,1	6,6	6,4	6,5	6,5	6,8
Taxa de inflação (média)	%	1,4	3,3	3,0	2,3	3,2	3,2
Dívida pública	% do PIB	8,6	11,2	10,1	10,1	9,6	8,8
Saldo do setor público	% do PIB	-0,3	1,5	1,4	1,5	1,9	2,0
Saldo da balança corrente	10 ⁹ USD	3,8	-2,9 ^b	-9,3	-9,8	-8,8	-9,4
Saldo da balança corrente	% do PIB	1,8	-1,2 ^b	-3,5	-3,3	-2,8	-2,7
Taxa de câmbio (média)	1EUR=xCLP	677	673,1	625,4	629,1	623	611,4
Taxa de câmbio (média)	1USD=xCLP	510,2	483,7	486,5	480,2	487,6	494,1

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores atuais; (b) Estimativas; (c) Previsões

CLP – Moeda local (peso chileno)

As perspetivas a curto/médio prazo são genericamente favoráveis, continuando o Chile a sobressair, no contexto regional, como a economia com fundamentos macroeconómicos mais sólidos. Segundo a EIU, as projeções da evolução da economia chilena no período 2013-2015 apontam para:

- Um crescimento mais moderado da atividade económica (próximo de 5%), continuando o consumo e o investimento em níveis considerados normais para o país, depois das medidas tomadas para enfrentar os efeitos da crise financeira e económica internacional e do terramoto que afetou o Chile. De referir que o aumento da riqueza e a criação de postos de trabalho, irão permitir que os chilenos continuem a usufruir do mais elevado nível de vida e de rendimento da América Latina.
- Uma estabilização da taxa média de inflação, que deverá situar-se ligeiramente acima de 3% no final do período, refletindo as medidas de política monetária que as autoridades locais pretendem desenvolver para fazer face às oscilações da procura interna.
- Uma taxa de desemprego controlada, que deverá rondar os 6,5%, à semelhança do que tem acontecido nos anos mais recentes.

- Um saldo do setor público positivo, que deverá aumentar ao longo dos próximos anos, representando 2% do PIB em 2015 (após ter alcançado 1,4% do PIB em 2012). O rácio dívida pública/PIB deverá melhorar, passando de 10,1% em 2012 para 8,8% em 2015.
- No setor externo, e apesar do excedente da balança comercial do Chile, o saldo da balança corrente deverá continuar negativo, podendo atingir 2,7% do PIB em 2015, em virtude de um défice estrutural da conta de rendimentos que reflete, em grande medida, a repatriação de lucros por parte das multinacionais.

As fortes instituições chilenas, os elevados níveis de transparência, e o esforço na redução da burocracia continuarão a favorecer o ambiente de negócios no país. De salientar que o Chile ocupa atualmente o 33º lugar, entre os 144 países classificados, no índice de competitividade global 2012-2013 divulgado pelo *World Economic Fórum*. Por outro lado, em termos de facilidade em fazer negócios, o Chile está posicionado em 37º lugar no *ranking* da *Doing Business 2013*, num conjunto de 185 países.

2.2 Comércio Internacional

O Chile, apesar de ser um mercado relativamente pequeno, é considerado o país com a economia mais livre da América Latina, com acordos de comércio estabelecidos com 60 países, o que lhe permite o acesso privilegiado a cerca de 4.300 milhões de consumidores.

No contexto do comércio mundial, o Chile ocupou em 2011 a 46ª posição do *ranking* de exportadores, com uma quota de 0,45% e a 43ª enquanto importador, com uma quota de 0,41%.

A balança comercial é tradicionalmente excedentária, tendo-se verificado, em 2011, um saldo positivo de 10,7 mil milhões de USD. As estimativas para 2012 apontam para um *superavit* de 4,2 mil milhões de USD (-61% face ao ano anterior), em virtude de um crescimento das importações e de um decréscimo das exportações. Consequentemente, estima-se que o coeficiente de cobertura das importações atinja cerca de 106% (115% em 2011).

Em 2011, as exportações atingiram 81,6 mil milhões de USD, o que representou um aumento de cerca de 14,9% face ao ano anterior. O setor industrial foi o que revelou maior crescimento (23,9%), com destaque para o subsector alimentar, que registou um aumento de 28,9%, devido, em grande parte, ao desempenho das exportações de salmão (+61,1%). As exportações de produtos metálicos tiveram um aumento de 26,5%, seguindo-se os produtos químicos com um acréscimo de 26,4%. As exportações de minérios aumentaram 10,6% sendo de salientar que as exportações de cobre (representaram cerca de 55% das exportações totais do país em 2011) registaram um crescimento importante devido à recuperação de alguns mercados de destino e ao aumento do preço a nível internacional. Segundo as estimativas da *Economist Intelligence Unit* é expectável que em 2012 se verifique um decréscimo das exportações da ordem dos 3,6%, tendência que se deverá inverter em 2013 e nos anos subsequentes.

No que se refere às importações, que ascenderam a 70,9 mil milhões de USD em 2011, verificou-se um acréscimo de 28,4% face ao ano anterior, impulsionadas pelas aquisições de bens intermédios (+29,4%, com um peso de cerca de 56% das importações totais), de bens de capital (+25,2%) e de produtos de consumo (+20,4%). As estimativas referentes a 2012 indicam que as importações registaram um crescimento menos pronunciado do que nos anos anteriores (+5,1%), prevendo-se uma evolução semelhante para o corrente ano (+5,3%).

Evolução da Balança Comercial

(10 ⁹ USD)	2008	2009	2010	2011	2012 ^a
Exportação fob	66,3	54,0	71,0	81,6	78,7
Importação fob	57,7	39,9	55,2	70,9	74,5
Saldo	8,5	14,1	15,9	10,7	4,2
Coeficiente de cobertura (%)	114,9	135,3	128,6	115,1	105,6
Posição no “ranking” mundial					
Como exportador	47 ^a	44 ^a	40 ^a	46 ^a	n.d.
Como importador	45 ^a	48 ^a	46 ^a	43 ^a	n.d.

Fontes: Economist Intelligence Unit (EIU); World Trade Organization (WTO)

Notas: (a) estimativas; n.d. – não disponível

A evolução da estrutura geográfica das exportações do Chile confirma a predominância do continente asiático, que representou 49,2% das exportações de bens em 2012. Em termos de países e de acordo com os dados do *International Trade Centre* (ITC) expressos na tabela que se segue, a China posicionou-se como o principal destino das exportações, representando 23,2% do total, seguida dos Estados Unidos da América (11,8%) e do Japão (11,0%). A posição da China no primeiro lugar no *ranking* de clientes está sobretudo relacionada com a elevada procura de cobre e pelo efeito do Tratado de Livre Comércio entre os dois países que entrou em vigor em outubro de 2006.

Na tabela *top 5* dos clientes do Chile, constam ainda a Coreia do Sul (6,0%) e o Brasil (5,7%). Este grupo de cinco países foi responsável por 58% das exportações chilenas em 2012.

Principais Clientes

Mercado	2010		2011		2012	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
China	24,4%	1 ^a	22,8%	1 ^a	23,2%	1 ^a
EUA	9,7%	3 ^a	11,2%	2 ^a	11,8%	2 ^a
Japão	10,9%	2 ^a	11,1%	3 ^a	11,0%	3 ^a
Coreia do Sul	5,9 %	5 ^a	5,5%	5 ^a	6,0%	4 ^a
Brasil	6,0%	4 ^a	5,5%	4 ^a	5,7%	5 ^a
Portugal	0,1%	46^a	0,1%	51^a	0,0%	60^a

Fonte: ITC – *International Trade Centre*

A União Europeia (UE27), no seu conjunto, representou 17,7% das exportações, destacando-se como principais clientes, os Países Baixos, a Itália, a Espanha, a França e a Bélgica. No contexto da UE, Portugal posicionou-se em 15º lugar (60º lugar do *ranking* global de clientes).

No que se refere aos principais fornecedores, os Estados Unidos da América assumem uma posição de relevo, com uma quota de 22,1% das importações chilenas em 2012, seguidos pela China (17,7%), Argentina (7,5%), Brasil (7,3%) e Alemanha (4,0%). O grupo dos cinco principais países fornecedores foi responsável por 58,6% das importações do Chile em 2012 (55,9% em 2011).

A União Europeia (UE27), no seu conjunto, representou 14% das importações chilenas em 2012, destacando-se como principais fornecedores, a Alemanha, o Reino Unido, a França, a Itália e a Espanha.

Portugal tem vindo a ganhar quota de mercado, embora a mesma não ultrapasse 0,2% das importações chilenas (40ª posição no *ranking* de fornecedores). No âmbito da UE, Portugal posicionou-se em 13º lugar.

Principais Fornecedores

Mercado	2010		2011		2012	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
EUA	16,8%	1ª	20,2%	1ª	22,1%	1ª
China	16,8%	2ª	16,9%	2ª	17,7%	2ª
Argentina	7,9%	3ª	6,3%	4ª	7,5%	3ª
Brasil	7,8%	4ª	8,3%	3ª	7,3%	4ª
Alemanha	4,0%	7ª	4,2%	5ª	4,0%	5ª
Portugal	0,1%	48ª	0,1%	44ª	0,2%	40ª

Fonte: ITC – *International Trade Centre*

De salientar que as transações comerciais com a China e o Japão são amplamente favoráveis ao Chile, ao contrário do que acontece com os Estados Unidos da América, em que o défice tem vindo a agravar-se ao longo dos últimos anos.

A balança comercial do Chile com a UE caracteriza-se por uma consolidação do excedente. Os Países Baixos, a Itália, a Bélgica e a Espanha são os países que mais contribuem para o elevado saldo positivo da balança chilena. Em contrapartida, a balança comercial do Chile com a Alemanha e o Reino Unido apresenta saldos negativos.

Como mencionado anteriormente, um dos principais recursos do país é o cobre, pelo que não surpreende que este se posicione como o primeiro produto exportado, sendo responsável por mais de metade das exportações chilenas (cobre e minério de cobre).

Os cinco principais produtos exportados, conforme tabela que se segue, representaram cerca de 72% das exportações do Chile em 2012.

Principais Produtos Transacionados – 2012

Exportações / Setor	%	Importações / Setor	%
74 - Cobre e suas obras	34,4	27 - Combustíveis e óleos minerais	22,8
26 - Minérios, escórias e cinzas	24,7	84 – Máquinas e aparelhos mecânicos	13,8
08 - Frutas	5,1	87 – Veículos automóveis e partes	11,6
03 – Peixes, crustáceos e moluscos	4,5	85 – Máquinas e aparelhos elétricos	8,6
47 - Pasta de madeira (celulose)	3,6	39 – Plásticos e suas obras	3,3

Fonte: ITC – *International Trade Centre*

Por outro lado, as importações chilenas são constituídas fundamentalmente por combustíveis e óleos minerais (22,8% em 2012) e por máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos (25,4%). Seguem-se, por ordem decrescente de representatividade, os veículos automóveis e partes (11,6%) e os plásticos e suas obras (3,3%).

Este conjunto de cinco produtos, que constitui normalmente o *top 5* das compras chilenas ao exterior, foi responsável por 60% das importações totais em 2012 e, à exceção dos plásticos e suas obras, os restantes registaram decréscimos relativamente ao ano anterior:

- Combustíveis e óleos minerais -39,3%;
- Máquinas e equipamentos mecânicos -1,9%;
- Veículos automóveis e partes -11,7%;
- Máquinas e equipamentos elétricos -1,5%;
- Plásticos e suas obras +2,7%.

2.3 Investimento

O investimento direto estrangeiro (IDE), tal como as exportações, constitui um dos eixos fundamentais da economia chilena. Ao longo dos últimos anos, o IDE tem desempenhado um papel decisivo no crescimento e desenvolvimento económico no Chile, ajudando a aumentar a competitividade e trazendo novos recursos, mercados e melhorias em termos de desenvolvimento tecnológico.

De salientar que as autoridades chilenas têm desenvolvido uma política de atração de investimento, contando para isso com mecanismos jurídicos claros e estáveis. De uma forma geral, as normativas

caracterizam-se pela igualdade de tratamento para locais e estrangeiros, pelo livre acesso a quase todos os setores económicos (existem exceções) e pela reduzida intervenção do Estado na atividade dos investidores.

De acordo com o *World Investment Report*, publicado pela UNCTAD em 2012, o Chile posicionou-se, em 2011, em 20º lugar do *ranking* mundial enquanto recetor de investimento direto estrangeiro, correspondente a 1,2% do total mundial, e ocupou a 27ª posição no conjunto dos países emissores.

Nos últimos dois anos, o país registou um crescimento notável de investimento direto estrangeiro, tendo atingido 30,3 mil milhões de USD em 2012 (2,4% do investimento mundial). Dados recentes da EIU revelam que o *stock* de IDE atingiu 192,8 mil milhões de USD em 2012, equivalente a 71,9% do PIB. As perspetivas de captação de investimento estrangeiro para os próximos anos são igualmente positivas.

Os países desenvolvidos são os principais emissores de IDE para o Chile representando cerca de 64% do *stock* no final de 2011, com particular destaque para os EUA, Espanha, Canadá, Reino Unido, Austrália e Japão. Os países latino americanos e caribenhos representavam cerca de 27% do *stock* de investimento.

Em termos de setores de destino do IDE, é de sublinhar o papel relevante da extração mineira, que acumulou 35,5% do investimento, seguindo-se os serviços (23%), a eletricidade, gás e água (15,7%), a indústria (13,3%) e os transportes e comunicações (8%).

Investimento Direto

(10 ⁹ USD)	2008	2009	2010	2011	2012 ^a
Investimento estrangeiro no Chile	15,2	12,9	15,1	22,9	30,3
Investimento do Chile no estrangeiro	8,0	8,1	8,7	20,4	21,1
Posição no “ranking” mundial					
Como recetor	21 ^a	26 ^a	20 ^a	20 ^a	n.d.
Como emissor	32 ^a	25 ^a	29 ^a	27 ^a	n.d.

Fontes: The Economist Intelligence Unit; UNCTAD - World Investment Report 2012

Notas: (a) estimativa; n.d. - não disponível

O investimento direto do Chile no estrangeiro registou igualmente valores muito significativos nos últimos dois anos, tendo alcançado 21,1 mil milhões de USD em 2012.

A maioria dos fluxos de investimento de origem chilena dirige-se para a América Latina e Caraíbas (83% do investimento no exterior), particularmente para a Argentina (20%), Brasil (17%) e Peru (12%). Este investimento tem como principais setores de destino os serviços financeiros, serviços a empresas, comércio, hotelaria e restauração e extração mineira.

2.4 Turismo

O setor do turismo vem assumindo uma importância crescente na economia chilena, representando atualmente 3,2% do produto interno bruto. Trata-se de um setor com grandes possibilidades de crescimento, já que as potencialidades do país neste domínio são reconhecidas, sendo de referir a imensidão do deserto chileno no norte (sobretudo o de Atacama), a vasta zona de lagos e de vulcões, a moderna e cosmopolita cidade de Santiago e a solene beleza da Patagónia, com os fiordes e glaciares, que constituem zonas atrativas para um número crescente de turistas.

A Ilha de Páscoa, localizada a 3.800 Km da costa chilena, é a mais oriental das ilhas que constituem a Polinésia e é um dos locais mais visitados do Oceano Pacífico. A ilha foi declarada Património Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1995 e destaca-se como um dos destinos turísticos mais relevantes do Chile.

Os dados mais recentes da Organização Mundial de Turismo indicam que, em 2012, visitaram o país perto de 3,5 milhões de turistas, o que representou um aumento de 13% face ao ano anterior. Em termos de receitas, que totalizaram 1,8 mil milhões de USD, verificou-se igualmente um acréscimo de 13% em relação a 2011.

Relativamente à procedência dos turistas que visitam o Chile, dados do Servicio Nacional de Turismo relativos a 2012 indicam que 74% têm origem nos países limítrofes, 5% são oriundos da América do Norte e 10% da Europa.

No contexto do continente americano, a Argentina, país com a mais extensa fronteira com o Chile, destaca-se como principal emissor de turistas (39%), seguida do Brasil (11%), Peru (10%), Bolívia (10%) e Estados Unidos da América (4%). Com origem na Europa, os principais países emissores de turistas para o Chile são a Alemanha, França, Espanha e Inglaterra.

Indicadores do Turismo

	2008	2009	2010	2011	2012
Turistas (10 ³) ^a	2.699	2.750	2.766	3.070	3.468
Receitas (10 ⁶ USD) ^b	1.674	1.604	1.836	1.620	1.831

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO)

Notas: (a) não inclui os chilenos residentes no estrangeiro; (b) inclui os gastos realizados pelos turistas e excursionistas

Com o objetivo de potenciar a competitividade do turismo do Chile, as autoridades do país lançaram o Programa de Fomento ao Turismo, cujo propósito consiste na captação de novos segmentos de mercado capazes de acelerar o crescimento turístico, na redução da sazonalidade da atividade e no combate à concentração territorial da oferta.

3. Relações Económicas com Portugal

3.1 Comércio

O Chile tem um peso reduzido no contexto do comércio externo português. Em 2012, o país posicionou-se como 44º cliente de Portugal (regrediu um lugar face a 2011), absorvendo 0,2% do total das exportações portuguesas, e como 70º fornecedor, representando 0,04% das importações.

Para o comércio internacional do Chile e segundo as estatísticas do *International Trade Centre* relativas a 2012, a importância de Portugal, enquanto cliente e fornecedor, é também reduzida (60ª e 40ª posição, respetivamente), com uma quota de 0,2% ao nível das importações chilenas.

Importância do Chile nos Fluxos Comerciais com Portugal

		2008	2009	2010	2011	2012
Como cliente	Posição	41ª	45ª	36ª	43ª	44ª
	% Saídas	0,16	0,14	0,25	0,19	0,19
Como fornecedor	Posição	60ª	61ª	52ª	60ª	70ª
	% Entradas	0,06	0,07	0,14	0,09	0,04

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: Os termos Saídas e Entradas correspondem aos agregados (Expedições+Exportações) e (Chegadas+Importações), cujas designações se referem às trocas comerciais IntraUE e ExtraUE, respetivamente.

O saldo da balança comercial bilateral é tradicionalmente favorável a Portugal, tendo-se verificado um coeficiente de cobertura das importações pelas exportações de 349,1% em 2012, o maior dos últimos cinco anos. Em 2012, o valor do excedente comercial atingiu cerca de 61,7 milhões de euros, o que se traduziu num acréscimo de 113% relativamente a 2011. Esta situação deveu-se, fundamentalmente, ao acentuado decréscimo das importações provenientes do Chile (-51,7%) e a um aumento das exportações de 7,8%.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), verifica-se que ao longo dos últimos cinco anos as exportações portuguesas para o Chile tiveram uma evolução positiva, traduzida numa taxa de crescimento médio anual de 17,4%. O maior valor do período foi alcançado em 2010, quando as exportações atingiram um montante de 92,2 milhões de euros, mas em 2011 as vendas ao Chile não foram além de 80,2 milhões de euros, correspondente a um decréscimo de 13% face ao ano anterior. Esta evolução negativa deveu-se, sobretudo, à diminuição das exportações de veículos automóveis e outro material de transporte (-56% relativamente a 2010). Em 2012 verificou-se uma recuperação das vendas ao Chile, as quais atingiram aproximadamente 86,4 milhões de euros.

Por outro lado, o valor das importações provenientes do Chile ao longo do período 2008-2012 revelou um crescimento médio anual de 8,6% e, à semelhança das exportações, o montante mais elevado foi atingido em 2010 (80,6 milhões de euros). Em 2011, o montante das importações foi de cerca de 51,3 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 36,4% face ao ano anterior, em linha com o

forte decréscimo verificado nas importações de produtos químicos (-92% face a 2010). No último ano do período, as importações registaram um acentuado decréscimo (-51,7% face a 2011), tendo-se fixado em 24,7 milhões de euros. Para esta situação contribuíram, fundamentalmente, as quebras verificadas nas importações de alguns produtos, particularmente do grupo da madeira e cortiça.

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2008	2009	2010	2011	2012	Var.% ^a 08/12	Var.% ^b 11/12
Exportações	63.636	45.313	92.234	80.159	86.396	17,4	7,8
Importações	36.849	35.719	80.647	51.257	24.745	8,6	-51,7
Saldo	26.787	9.595	11.587	28.902	61.651	--	--
Coeficiente Cobertura	172,7%	126,9%	114,4%	156,4%	349,1%	--	--

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2008 – 2012

(b) Taxa de crescimento homóloga

2008 - 2010: resultados definitivos;

2011 e 2012: resultados preliminares

No que se refere à composição das exportações portuguesas para o Chile, verifica-se uma elevada concentração em três grupos de produtos - madeira e cortiça, máquinas e aparelhos e metais comuns – que, em conjunto, representaram 81,5% do total exportado em 2012 (55,9% em 2011). Dos restantes grupos de produtos, cabe destacar as matérias têxteis, as pastas celulósicas e papel, e os plásticos e borracha. À exceção dos plásticos e borracha, todos estes grupos produtos tiveram uma evolução positiva face a 2011.

Relativamente à madeira e cortiça, principal grupo das exportações portuguesas para o Chile, há que referir que, à exceção de 2010³, tem ocupado o primeiro lugar do *ranking* das exportações. No último ano, o grupo da madeira e cortiça foi responsável por 34,8% das exportações totais e registou um aumento de 39,1% face ao ano anterior.

O segundo grupo, constituído pelas máquinas e aparelhos, tem revelado uma evolução positiva em termos das exportações para o Chile, tendo o seu peso relativo aumentado significativamente em 2012, representando 34% do total exportado (22% no ano anterior).

Os metais comuns têm vindo a registar um aumento do peso relativo nas exportações ao longo dos últimos dois anos, representando atualmente 12,7% do total.

Numa análise mais detalhada, a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada (NC), verifica-se que em 2012 os seis produtos mais representativos, por ordem decrescente, foram os seguintes: obras de cortiça natural (16,5% do total, com uma diminuição de 6,2%); aparelhos para tratamento de matérias por meio de operações de mudança de temperatura (14,9% do total, com um acréscimo de 45,7%);

³ Em 2010 os veículos automóveis e outro material de transporte detinham a primeira posição com um peso relativo de 48,1%.

artefactos de higiene ou de toucador e suas partes de ferro fundido, ferro/aço (9,1% e um aumento de 104,7%); transformadores elétricos, conversores, bobinas de reactância e autoindução (7,9% e um aumento superior a 1000%); painéis de madeira ou de outras matérias lenhosas mesmo aglomeradas (7,4%, com uma progressão superior a 1000%); e cortiça aglomerada e suas obras (6,4%, com uma variação negativa de 5,7%).

Dados relativos a 2011 (último ano disponível) indicam que 50,8% das exportações para o Chile de produtos industriais transformados⁴ incidiram em produtos classificados como de média-alta tecnologia. Seguem-se os produtos de baixa intensidade tecnológica (36,9%), de média-baixa tecnologia (10,7%) e de alta intensidade tecnológica (1,7%).

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUROS)	2008	% Total 2008	2011	% Total 2011	2012	% Total 2012	Var.% 11/12
Madeira e cortiça	26.726	42,0	21.631	27,0	30.092	34,8	39,1
Máquinas e aparelhos	13.049	20,5	17.662	22,0	29.394	34,0	66,4
Metais comuns	5.421	8,5	5.551	6,9	10.987	12,7	97,9
Matérias têxteis	1.630	2,6	3.632	4,5	3.690	4,3	1,6
Pastas celulósicas e papel	4.331	6,8	1.922	2,4	2.627	3,0	36,7
Plásticos e borracha	1.436	2,3	4.957	6,2	2.564	3,0	-48,3
Combustíveis minerais	5	0,0	294	0,4	1.565	1,8	432,4
Químicos	862	1,4	677	0,8	1.193	1,4	76,3
Veículos e outro mat. transporte	7.202	11,3	19.495	24,3	1.040	1,2	-94,7
Minerais e minérios	329	0,5	1.148	1,4	707	0,8	-38,4
Alimentares	20	0,0	272	0,3	415	0,5	52,8
Vestuário	44	0,1	688	0,9	209	0,2	-69,6
Instrumentos de ótica e precisão	105	0,2	156	0,2	108	0,1	-31,1
Agrícolas	60	0,1	62	0,1	99	0,1	60,0
Calçado	11	0,0	16	0,0	59	0,1	280,8
Peles e couros	1	0,0	1	0,0	7	0,0	343,7
Outros produtos	573	0,9	1.286	1,6	1.609	1,9	25,1
Valores confidenciais	1.829	2,9	709	0,9	32	0,0	-95,6
Total	63.636	100,0	80.159	100,0	86.396	100,0	7,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

No que se refere às compras portuguesas de produtos chilenos, assinala-se o elevado nível de concentração em apenas um grupo de produtos - agrícolas - que representaram 82,1% das importações em 2012. Se considerarmos ainda a madeira e cortiça (5,6% do total e principal produto importado em 2011), as pastas celulósicas e papel (4,1%) e as peles e couros (3,1%), significa que apenas quatro grupos de produtos são responsáveis por cerca de 95% das importações totais. De sublinhar que a

⁴ Os produtos industriais transformados representam 99,9% do total das exportações para o Chile.

madeira e cortiça, que ocupou a primeira posição do *ranking* das importações em 2011, registou um forte decréscimo em 2012 (-94%). Também as importações de pastas celulósicas e papel tiveram quebras significativas no último ano (-16%), ao contrário do que se verificou com os produtos agrícolas (+1,5%) e as peles e couros (+72,3%).

O grupo dos produtos agrícolas é formado por uma diversidade de produtos, nomeadamente uvas frescas ou secas (15,2% das importações totais em 2012), outras frutas de casca rija, frescas ou secas (10,6%), moluscos (9,4%), sementes, frutos e esporos para sementeira (9,1%), peixes congelados (8,8%), outras frutas frescas (6,7%), entre outros.

No caso das compras de Portugal ao Chile de produtos industriais transformados⁵, os bens de baixa intensidade tecnológica representaram 89,2% do total em 2011, seguindo-se os de média-alta (8%), os de média-baixa (1,6%) e os de alta tecnologia (1,2%).

Importações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2008	% Total 2008	2011	% Total 2011	2012	% Total 2012	Var.% 11/12
Agrícolas	21.678	58,8	20.008	39,0	20.314	82,1	1,5
Madeira e cortiça	6.991	19,0	23.208	45,3	1.396	5,6	-94,0
Pastas celulósicas e papel	4.846	13,2	1.212	2,4	1.017	4,1	-16,1
Peles e couros	55	0,2	445	0,9	767	3,1	72,3
Alimentares	2.395	6,5	2.385	4,7	418	1,7	-82,5
Químicos	9	0,0	2.746	5,4	214	0,9	-92,2
Plásticos e borracha	19	0,1	108	0,2	194	0,8	79,1
Máquinas e aparelhos	737	2,0	77	0,1	124	0,5	61,3
Vestuário	14	0,0	1	0,0	57	0,2	§
Instrumentos de ótica e precisão	2	0,0	38	0,1	17	0,1	-54,9
Minerais e minérios	1	0,0	0	0,0	4	0,0	§
Matérias têxteis	0	0,0	200	0,4	4	0,0	-98,3
Metais comuns	79	0,2	244	0,5	1	0,0	-99,5
Combustíveis minerais	0	0,0	0	0,0	0	0,0	§
Calçado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	§
Veículos e outro mat. transporte	0	0,0	371	0,7	0	0,0	-100,0
Outros produtos	24	0,1	213	0,4	218	0,9	2,1
Valores confidenciais	0	0,0	0	0,0	0	0,0	-100,0
Total	36.849	100,0	51.257	100,0	24.745	100,0	-51,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nota: § - Coeficiente de variação >= 1000% ou valor zero no período anterior

Ao longo do período 2007-2011, e de acordo com os dados do INE, verifica-se que o número de empresas portuguesas que exportaram produtos para o Chile oscilou entre 173 (em 2008) e 247 (em

2011). Por outro lado, o número de empresas portuguesas que adquiriram produtos no mercado chileno situou-se entre 118 (em 2009) e 148 (em 2008).

3.2 Serviços

Não existem dados disponíveis sobre os fluxos bilaterais da área dos serviços.

3.3 Investimento

Não existem dados disponíveis sobre o investimento bilateral (IDE e IDPE).

3.4 Turismo

Não existem estatísticas disponíveis sobre o Chile, enquanto mercado emissor de turistas para Portugal. Sabe-se que o número de turistas é baixo, contudo, embora o destino Portugal seja ainda desconhecido da maioria dos turistas chilenos, quem já visitou o nosso país fica com uma perceção bastante positiva, sendo assinalada uma certa proximidade entre portugueses e chilenos, ao nível do comportamento e atitude.

4. Relações Internacionais e Regionais

O Chile é membro do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID – <http://www.iadb.org/pt/banco-interamericano-de-desenvolvimento.2837.html>) e da Organização das Nações Unidas (ONU – <http://www.un.org>) e suas agências especializadas (<http://www.un.org/en/aboutun/structure/#Others>). Integra a Organização Mundial de Comércio (OMC – <http://www.wto.org>), desde 1 de janeiro de 1995 e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE – <http://www.oecd.org>), desde maio de 2010, onde até então tinha o estatuto de observador.

A nível regional, este país faz parte da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (mais conhecida pela sigla em inglês - APEC - *Asia-Pacific Economic Cooperation*), do Sistema Económico Latino-Americano (SELA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo aderido ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) como membro associado e à Comunidade Andina de Nações (CAN), igualmente como país associado. De destacar, ainda, o relacionamento bilateral preferencial com a União Europeia (Acordo UE/Chile).

A ALADI (<http://www.aladi.org/>) é um organismo intergovernamental que foi criado em 1980 (Tratado de Montevideo) e visa fortalecer as relações entre os seus membros, através da celebração de acordos bilaterais, modernização da estrutura produtiva dos países signatários, harmonização das respetivas políticas macroeconómicas e promoção de uma participação mais ativa dos diferentes grupos sociais no

⁵ Os produtos industriais transformados representam 68,6% das importações totais.

processo de integração. Como objetivo final, pretende-se a criação, de forma gradual e progressiva, de um mercado latino-americano, através da aplicação de uma Preferência Tarifária Regional (PTR), ou seja, redução de direitos aduaneiros entre as partes. Para além do Chile, integram a ALADI os seguintes países: Argentina; Bolívia; Brasil; Colômbia; Cuba; Equador; México; Paraguai; Peru; Uruguai; e Venezuela.

Constituída em 1989, a APEC (<http://www.apec.org/>) apresenta-se como um grupo informal, que tem dado contributos para a promoção do comércio, a captação de investimento, a transferência de tecnologia e a conservação dos recursos marítimos e da pesca, com o objetivo de constituir uma zona de comércio livre entre os seus membros até ao ano 2020. Os países que integram a organização são: Austrália; Brunei; Canadá; Chile; Coreia do Sul; EUA; Filipinas; Hong Kong-China; Indonésia; Japão; Malásia; México; Nova Zelândia; Papua-Nova Guiné; Peru; República Popular da China; Rússia; Singapura; Tailândia; Taiwan; e Vietname.

O SELA (<http://www.sela.org/>), formado por 28 países, foi criado em 1975 com a finalidade de acelerar o desenvolvimento económico e social dos seus membros, através da cooperação inter-regional e do estabelecimento de um sistema permanente de consulta e coordenação em assuntos de natureza económica e social.

Por sua vez, a OEA/OAS (<http://www.oas.org/en/default.asp>), instituída em 1948 por 21 nações, alargada posteriormente a outras 14 (sendo que Cuba suspendeu a sua ligação entre 1962 e 2009, ano em que optou por não a retomar), tem como objetivos promover práticas de boa gestão governamental, fortalecer os direitos humanos, incentivar a paz e a segurança, expandir o comércio, e encontrar soluções para os problemas provenientes da pobreza, drogas e corrupção entre os “povos das Américas”.

O Chile tem assinado importantes Acordos de Livre Comércio e de Associação durante os últimos anos, com países e organizações tão diversas como por exemplo, Turquia, Canadá, EUA, México, El Salvador, União Europeia, a EFTA – Associação Europeia de Comércio Livre, restantes países do Acordo P4 (Singapura, Nova Zelândia e Brunei), Coreia do Sul, China, Japão e Austrália. Este país também tem Acordos de Complementarização Económica em vigor com os seus vizinhos Equador, Colômbia, Bolívia, Peru, Venezuela (a nível bilateral) e MERCOSUL; e um Acordo de Alcance Parcial com a Índia. Os interessados podem aceder a informação atualizada sobre a matéria no Site do Ministério das Relações Externas (<http://www.direcon.cl/acuerdo/list> / <http://www.direcon.cl/pagina/1897>).

No que respeita ao relacionamento com a União Europeia, o regime legal está vertido, fundamentalmente, no Acordo de Associação celebrado entre ambas as partes, de amplo alcance, que abrange, para além da liberdade de comércio, de serviços e acesso à contratação pública dos países signatários, outras áreas como o diálogo político e a cooperação científica e tecnológica.

O Acordo de Associação foi assinado em 18 de novembro de 2002 e entrou em vigor parcialmente (relativamente aos aspetos comerciais e numa base interina) em fevereiro de 2003 e, na totalidade, após ratificação de todos os participantes, a 1 de março de 2005, contribuindo decisivamente para um aumento em grande escala das trocas comerciais entre as partes – http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/countries/chile/index_en.htm.

Importa também mencionar que a UE financia medidas destinadas a promover a cooperação com os países, territórios e regiões em desenvolvimento. Assim, o Regulamento n.º 1905/2006, de 18 de dezembro (alterado pelo Regulamento n.º 1341/2011 de 13 de dezembro), institui um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento com aplicação entre 1 de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2013 (http://europa.eu/legislation_summaries/development/general_development_framework/114173_pt.htm / http://ec.europa.eu/europeaid/how/finance/dci_en.htm).

Para a América Latina (o Chile consta dos países elegíveis) a assistência comunitária incide especialmente nos seguintes domínios de cooperação:

- Promoção da coesão social, apoiando as políticas fiscais, o investimento produtivo para mais e melhores empregos, as políticas de luta contra a discriminação e a produção, consumo e tráfico de drogas, e a melhoria dos serviços sociais básicos, em especial a saúde e a educação;
- Promoção de uma maior integração regional, nomeadamente no apoio a diferentes processos de integração regional;
- Apoio ao reforço da boa governação e das instituições públicas, bem como da proteção dos direitos do Homem;
- Apoio à criação de um espaço comum UE – América Latina do ensino superior;
- Promoção do desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões, prestando especial atenção à proteção das florestas e à diversidade biológica.

Finalmente, é de mencionar o Plano estratégico definido pela UE para o Chile (período 2007-2013) cujas prioridades financeiras consistem no apoio ao reforço do sistema de ensino e formação profissional deste país, na promoção da competitividade económica chilena no contexto mundial e no reforço das relações entre ambas as partes; os interessados podem ter acesso ao documento no Portal Europa, tema *European Union – EEAS (European External Action Service) – Chile* – http://eeas.europa.eu/chile/csp/07_13_en.pdf, assim como a informação sobre o relacionamento bilateral Chile/UE – http://eeas.europa.eu/chile/index_en.htm.

5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

5.1 Regime Geral de Importação

A generalidade dos produtos importados não está sujeita a restrições, exceto aqueles que se encontram proibidos pela legislação vigente, como por exemplo: automóveis e motos usadas (com algumas exceções); pneus usados ou recauchutados; asbesto em qualquer das suas formas; resíduos industriais tóxicos; e os produtos considerados perigosos (especialmente armas e munições), para os quais é necessária a observância de determinados requisitos e a anuência dos organismos competentes.

De referir que a importação de bens que possam prejudicar a saúde e segurança públicas e o ambiente, estão dependentes de autorizações especiais e são submetidos a rigorosos processos de controlo.

A entrada de produtos agropecuários e florestais está sujeita a apresentação de um pedido de autorização prévia, a solicitar pelo importador, e de fiscalização a efetivar pelo *Servicio Agrícola y Ganadero* (SAG – <http://www.sag.cl/>). Para tal, é necessário emitir, pela entidade competente do país expedidor, o respetivo certificado de origem dos produtos. Relativamente à generalidade dos bens não é obrigatória a obtenção deste documento.

No tocante aos produtos farmacêuticos, dietéticos, dispositivos médicos, cosméticos, pesticidas para utilização sanitária e doméstica e preparações químicas, é exigida anuência prévia do *Instituto de Salud Publica* (<http://www.ispch.cl/>), e a sua comercialização obedece, de acordo com o tipo de produto, ao cumprimento de determinadas regras em termos de rotulagem.

Os géneros alimentícios estão sujeitos a controlos de qualidade rigorosos e à autorização prévia do organismo sanitário competente – *Secretaria Regional Ministerial de Salud* (SEREMI) – <http://www.asrm.cl/Archivos/Servicios/PROCEDIMIENTO%20PARA%20IMPORTACI%C3%93N%20DE%20ALIMENTOS.pdf> / <http://www.asrm.cl/Principal.aspx>.

No que diz respeito à documentação necessária para exportar para o Chile, todas as mercadorias deverão ser acompanhadas de uma *Declaración de Ingreso* (www.aduana.cl/prontus_aduana/site/artic/20070227/pags/20070227160511.html), bem como de um conjunto de outros documentos a apresentar junto do serviço de alfândega (*Servicio Nacional de Aduanas* – <http://www.aduana.cl>). Com exceção das importações de valor FOB muito reduzido (inferior a USD 500), a entrada dos produtos deverá ser efetuada com recurso ao apoio de despachante oficial (*agente de aduana*).

Em termos de regulamentação de qualidade o Chile incorporou o conjunto de normas ISO 9000, sendo responsável por este domínio o *Instituto Nacional de Normalizacion* (INN – <http://www.inn.cl>). Para conhecimento pormenorizado das normas técnicas específicas de cada produto, não obstante a

necessidade de consultar as páginas *Web* dos organismos correspondentes, pode ser útil aceder também ao *Portal de Regulaciones Técnicas Chilenas y Europeas* (<http://www.reglamentostecnicos.cl>).

A rotulagem das embalagens terá que ser efetuada em castelhano, em rótulos elaborados pelo fabricante ou apostos pelo importador, indicando o país de origem, os ingredientes e as suas quantidades e o peso. Porém, certos produtos têm de observar regras específicas, como é o caso dos alimentos embalados ou enlatados que devem apresentar etiquetas detalhando todos os ingredientes, aditivos, informação nutricional (obrigatória desde novembro de 2006), tamanho e peso líquido (no sistema métrico), datas de fabricação e validade, bem como identificação do produtor (ou embalador ou distribuidor) e do importador, sem deixar de considerar, também, os requisitos especiais estabelecidos para cada alimento em particular.

Relativamente aos produtos alimentares os interessados podem aceder à legislação chilena sobre elaboração e acondicionamento dos alimentos no Site da Biblioteca do Congresso Nacional, no tema – *Manipulación y Elaboración de Alimentos* (http://www.bcn.cl/leyes_temas/leyes_por_tema.2008-06-09.2312443657).

A Pauta Aduaneira segue o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH). Como regra as importações estão sujeitas ao pagamento de direitos aduaneiros no local de desembarque, calculados numa base *ad valorem* (6%, valor máximo) sobre o seu valor CIF (custo da mercadoria FOB + prémio de seguro + valor do frete de transporte). Com a entrada em vigor em fevereiro de 2003 do Acordo de Associação entre o Chile e a UE (<http://eur-lex.europa.eu/JOIndex.do?year=2002&serie=L&textfield2=352&Submit=Search&ihmlang=en>), a esmagadora maioria dos produtos importados da UE beneficiaram da eliminação de taxas dos direitos de importação. Os restantes produtos têm um calendário que visa a sua eliminação progressiva num período máximo de transição de 10 anos, sendo que a abertura total deverá estar completa no decurso de 2013 (com algumas exceções para produtos sensíveis agrícolas e agroalimentares).

Para que as mercadorias comunitárias beneficiem da isenção de taxas previstas no referido Acordo devem ser acompanhadas de comprovativo da origem (Certificado de Circulação de Mercadorias EUR.1; ou declaração feita pelo exportador numa fatura, numa nota de entrega ou em qualquer outro documento comercial, que descreva os produtos em causa de uma forma suficientemente pormenorizada para permitir a sua identificação, normalmente designada por Declaração na Fatura que pode ser efetuada por qualquer exportador no que diz respeito a qualquer remessa que consista numa ou mais embalagens contendo produtos originários cujo valor total não exceda 6.000 €, ou por um Exportador Autorizado tratando-se de remessas de mercadorias de valor superior a esse montante).

Para além dos direitos aduaneiros recai, ainda, IVA à taxa de 19% na importação de bens e serviços; sobre alguns produtos é também aplicado um imposto adicional (a taxas variáveis) no que respeita aos artigos considerados de luxo (entre os quais se incluem as joias, pedras preciosas, artigos de platina, ouro ou marfim, tapetes, conservas de caviar); e impostos especiais (a taxas variáveis) sobre: bebidas

alcoólicas, não alcoólicas e similares; tabaco; combustíveis; artigos de pirotecnia; e *software* (programas *standard* ou específicos).

Os exportadores comunitários, localizados na UE, podem aceder aos direitos aduaneiros cobrados na entrada dos vários produtos no Chile na página *Market Access Database*, da responsabilidade da União Europeia – <http://madb.europa.eu/mkaccdb2/indexPubli.htm> (selecionar o tema – *Tariffs*); também as formalidades podem ser consultadas no mesmo Site (selecionar o tema – *Procedures and Formalities*).

As aquisições públicas são efetuadas individualmente pelas entidades públicas adquirentes, havendo lugar a concursos públicos para as compras de valor mais elevado e ajustes diretos para os casos previstos na lei. Na página da Internet do Sistema de Aquisições e Obras Públicas (*Dirección ChileCompra*) – <http://www.chilecompra.cl> – os potenciais fornecedores podem inscrever-se para efeitos de apresentação de propostas.

5.2 Regime de Investimento Estrangeiro

Os investidores estrangeiros têm livre acesso a todas as atividades produtivas de bens e serviços, com exceção da exploração de determinados minérios, cujo controlo é efetuado pelo Estado, da indústria pesqueira (restrições submetidas ao princípio da reciprocidade internacional), navegação em cabotagem, transporte aéreo e dos meios de comunicação social (rádio, televisão, jornais, revistas e agências de notícias) em que existem alguns limites.

O Chile dispõe de um marco legal único que rege as atividades dos promotores estrangeiros: Lei de Investimento Estrangeiro (Decreto-Lei n.º 600, de 1974, posteriormente atualizado). Consoante os montantes investidos, existem duas formas de entrada dos investidores estrangeiros no país (http://www.inversionextranjera.cl/index.php?option=com_content&view=article&id=135&Itemid=100):

1. Através do **Comité de Inversiones Extranjeras (CIE)** – <http://www.inversionextranjera.cl/> – no seguimento do previsto no Decreto-Lei n.º 600 (*Estatuto de la Inversión Extranjera – Mecanismo Voluntario*), que é a entidade competente para aprovar e autorizar os projetos de investimento de valor igual ou superior a USD 5 milhões (ou USD 2,5 milhões no caso de bens físicos, tecnologia e capitalização de lucros ou créditos), incluindo os realizados nos setores sob controlo estatal.

Após autorizado o investimento pelo CIE, é celebrado um contrato entre o promotor externo e um representante do referido organismo (que não pode ser alterado unilateralmente), no qual é fixado um prazo para a entrada de capital a afetar ao projeto que, no setor mineiro (contratos de concessão de exploração em condições especiais), não poderá exceder os 8 anos e, nos restantes, os 3 anos. Porém, em condições especiais, o prazo poderá ser fixado em 12 anos para os projetos mineiros e 8 anos para os restantes.

É a via de investimento externo mais utilizada (60% dos projetos) nos últimos anos.

2. Através do mecanismo regulado pelo Capítulo XIV do Compêndio de Normas de Câmbios Internacionais do **Banco Central de Chile** (*Sistema de Registro de Carácter Administrativo*) – <http://www.bcentral.cl/normativa/cambio-internacional/compendio-normas/index.htm> –, no caso de investimentos em divisas superiores a USD 10.000, como sejam créditos, depósitos, aplicações no capital social de empresas chilenas, provenientes do estrangeiro, sem exigência de prazo de permanência mínimo.

Ao investidor estrangeiro é conferido o mesmo tratamento que o concedido aos nacionais, podendo as empresas ser detidas na sua totalidade por capital externo. É, igualmente, permitida a constituição de *joint-ventures* com empresas locais. O Estado garante a repatriação de dividendos, lucros e *royalties*, depois do cumprimento de determinadas formalidades legais junto do Banco Central chileno.

No que toca aos incentivos gerais, as empresas constituídas ao abrigo da Lei de Investimento Estrangeiro, poderão beneficiar, consoante o valor e o período de duração do projeto, de redução na taxa do Imposto sobre o Rendimento. Existem, ainda, diversos tipos de incentivos específicos: de âmbito regional (aplicáveis a projetos a desenvolver nos setores industrial, mineiro, pesqueiro e nas atividades de turismo e transportes); inovação (novas tecnologias e energias renováveis); de florestação e reflorestação de terras; na importação de bens de equipamento nas zonas francas que se destinem ao fabrico de produtos para exportação.

De referir, também, o papel do Banco Europeu de Investimento (BEI) que assinou, em 2010, um Acordo-Quadro de Cooperação Financeira com o Governo do Chile, que permite criar oportunidades de negócio e financiamento com condições vantajosas (prazos longos, custo competitivo, etc.) para as empresas europeias, através do apoio a projetos de investimento direto, transferência de tecnologia e *know-how* em setores prioritários para o BEI (ex.: sustentabilidade ambiental; energia, desenvolvimento do setor privado; infraestruturas; telecomunicações; e serviços), no âmbito do mandato do Banco para a América Latina e Ásia (ALA IV), período 2007-2013 (<http://www.eib.org/projects/regions/ala/index.htm>).

A entidade governamental encarregue de promover incentivos ao investimento estrangeiro é o *Comité de Inversiones Extranjeras*. Por sua vez, a criação de mecanismos de incentivo por setores que visem o desenvolvimento produtivo nacional e uma maior competitividade é da responsabilidade da *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO). Esta instituição dispõe de um conjunto alargado de programas de apoio, que podem ser consultados em: <http://www.corfo.cl/>.

Os interessados podem aceder a mais informação sobre investir neste mercado (ex.: sistema tributário, enquadramento laboral, incentivos, formas societárias), através da consulta, no Site do *Comité de Inversiones Extranjeras*, do *Guía del Inversionista Extranjero en Chile* (<http://www.inversionextranjera.cl/>), de janeiro de 2013.

Com o objetivo de promover o Chile como **plataforma de investimento**, entrou em vigor a 23 de novembro de 2002 a Lei nº 19.840, numa iniciativa lançada pelo Governo em cooperação com o setor privado, que estabelece normas tributárias para que as empresas com capital estrangeiro possam

efetuar operações de investimento no exterior (<http://www.sii.cl/pagina/jurisprudencia/legislacion/complementaria/ley19840.htm>). Assim, ao abrigo desta lei, uma empresa que se estabeleça no Chile com o fim exclusivo de operar em outros países da região, não será tributada relativamente aos dividendos dos acionistas obtidos fora do país. Com este quadro legal é possível ultrapassar os problemas fiscais resultantes da operação em vários países, aproveitando a estabilidade política, económica e social, bem como as boas infraestruturas do Chile para chegar a outros destinos da região.

Incentivando as parcerias e *joint-ventures* com empresas locais esta lei, permite, ainda, a empresas com investimentos na zona transferir os seus centros de operações para o Chile, sem os custos de transação envolvidos normalmente na venda e compra de bens. É importante frisar que esta lei não se aplica a empresas estrangeiras, cujos acionistas residam em paraísos fiscais.

Por sua vez, em 2012 e com vista à modernização da economia do país, o Governo apresentou o Plano *Impulso Competitivo* (<http://www.impulsocompetitivo.gob.cl>), que consta de um conjunto de medidas, consubstanciadas em 50 ações e 24 projetos de lei que tem por objetivo estimular o crescimento económico, eliminar barreiras, acelerar os trâmites e melhorar as condições para empreender e inovar, por forma a promover um ambiente de livre concorrência e igualdade de oportunidades. Estão previstos mecanismos de incentivos, financiamento e apoios setorial, como por exemplo: alta tecnologia, inovação e desenvolvimento; empreendedorismo global (<http://www.startupchile.org>); eficiência energética; e turismo (de interesses especiais). Mais informação pode ser consultada na página – *Programas y Concursos* – <http://www.corfo.cl/programas-y-concursos>.

Finalmente, referir que o Chile dispõe de duas zonas francas comerciais: uma em Iquique (<http://www.zofri.cl>) e outra em Punta Arenas (<http://www.zonaaustral.cl>) que disponibilizam modernas instalações de fabricação, embalagem e exportação, se bem que a mais utilizada seja a ZOFRI (Iquique).

De modo a promover e a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento, foram assinados entre Portugal e o Chile os seguintes acordos/convenções: Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos; Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento; e Convenção sobre Segurança Social, todos em vigor.

5.3 Quadro Legal

Regime de Importação

- *Decreto do Ministro das Finanças n.º 1148, de 10 de agosto de 2011* – Aprova a Pauta Aduaneira a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2012 (http://normativa.aduana.cl/prontus_normativa/site/artic/20111222/pags/20111222114144.html).

- *Decreto-Lei n.º 19.886, de 2003 (com alterações posteriores)* – Estabelece as bases da contratação pública
([http://www.chilecompra.cl/phocadownload/Orientacion Normativa/Normativa en Compras Publicas/Ley_19886_01-03-2010.pdf](http://www.chilecompra.cl/phocadownload/Orientacion%20Normativa/Normativa%20en%20Compras%20Publicas/Ley_19886_01-03-2010.pdf)).
- *Lei n.º 18.525 (com alterações posteriores)* – Estabelece normas aplicáveis à importação de mercadorias
(http://normativa.aduana.cl/prontus_normativa/site/artic/20070215/asocfile/20070215102245/asocfile120050614180226.doc).
- *Lei n.º 329, de 20 de junho de 1979 (com alterações posteriores)* – Aprova a Lei Orgânica do Servicio Nacional de Aduana
(http://normativa.aduana.cl/prontus_normativa/site/artic/20070214/pags/20070214101941.html).
- *Lei n.º 341, de 1977 (com alterações posteriores)* – Relativa às Zonas Francas
(http://normativa.aduana.cl/prontus_normativa/site/artic/20070720/pags/20070720152628.html).

Os interessados podem consultar legislação sobre o regime aduaneiros chileno no Site – *Servicio Nacional de Aduanas* – http://normativa.aduana.cl/prontus_normativa/site/edic/base/port/normativa.html – e informação sobre o relacionamento bilateral entre a UE e o Chile no Portal da Europa no tema *European Union – EEAS (European External Action Service)* – http://www.eeas.europa.eu/chile/index_en.htm.

Regime de Investimento Estrangeiro

- *Lei n.º 19.840, de novembro de 2002* – Estabelece as normas tributárias para que as empresas com capital estrangeiro possam efetuar investimentos no exterior
(<http://www.sii.cl/pagina/jurisprudencia/legislacion/complementaria/ley19840.htm>).
- *Lei n.º 18.657, de 29 de setembro de 1987 (com alterações posteriores)* – Autoriza a criação do Fundo de Investimento de Capital Estrangeiro (<http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=30044>).
- *Decreto-Lei n.º 600, de 1974 (com alterações posteriores)* – Aprova o Código do Investimento Estrangeiro (<http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=5590>).

O Site da Biblioteca do Congresso Nacional da República do Chile disponibiliza alguma legislação em texto integral – <http://www.bcn.cl>.

Acordos Relevantes

- *Resolução da Assembleia da República n.º 28/2006, de 6 de abril* – Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, entre Portugal e o Chile (<http://dre.pt/pdf1s/2006/04/069A00/25682599.pdf>).

- *Decreto n.º 34/99, de 1 de setembro* – Aprova a Convenção sobre Segurança Social, entre Portugal e o Chile (<http://dre.pt/pdf1s/1999/09/204A00/61326142.pdf>).
- *Decreto n.º 64/97, de 24 de dezembro* – Aprova o Acordo sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, entre Portugal e o Chile (<http://dre.pt/pdf1s/1997/12/296A00/67726778.pdf>).

Para mais informação legislativa sobre mercados externos, consulte o Site da aicep Portugal Global em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paraonde/SobreMercadosExternos/Paginas/SobreMercadosExternos.aspx>

6. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Passaporte: exigido a todos os visitantes.

Regime de vistos: Isenção de visto para estadias turísticas até 90 dias. Para mais informações deverá ser contactada a Embaixada do Chile em Lisboa.

Riscos de Crédito e Caução e do Investimento Nacional no Estrangeiro

A COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. gere, por conta do Estado Português, a garantia de cobertura de riscos de crédito e caução e do investimento nacional no estrangeiro, originados por factos de natureza política, monetária e catastrófica.

No contexto das Políticas de Cobertura para Mercados de Destino das Exportações Portuguesas, apólice individual, os interessados podem consultar informação na página – <http://www.cosec.pt/layout.asp?area=2230>.

Indicações mais pormenorizadas sobre políticas e condições de cobertura podem ser obtidas junto da Direção Internacional da COSEC.

Hora Local

Março a outubro - UTC menos 5 horas.

Outubro a março - UTC menos 3 horas.

Em relação a Portugal, o Chile tem menos 5 horas de março a outubro, e menos 3 horas de outubro a março.

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos:

9h00-14h00 (segunda a sexta-feira)

Bancos:

9h00-14h00 (segunda a sexta-feira)

Comércio Tradicional:

10h00-20h00 (segunda-feira a sexta-feira)

10h00-14h00 (sábado)

Centros Comerciais:

10h00-21h00 (segunda-feira a domingo)

Supermercados:

08h30-22h30 (segunda-feira a sábado)

09h00-22h30 (domingo)

Feriados - 2013

01 de janeiro – Dia de Ano Novo

29 de março – Sexta-feira Santa

30 de março – Sábado de Aleluia

01 de maio – Dia do Trabalhador

21 de maio – Dia das Glórias da Armada

29 de junho* – Dia de São Pedro e São Paulo

16 de julho – Dia da Virgem de Cármem (padroeira do Chile)

15 de agosto – Dia da Assunção

18 de setembro – Dia da Independência

19 de setembro – Dia das Glórias do Exército

20 de setembro – Dia das Fiestas Patrias

12 de outubro* – Dia do Descobrimento de Dois Mundos

31 de outubro* - Dia da Reforma Protestante

01 de novembro – Dia de Todos-os-Santos

08 de dezembro – Dia da Imaculada Conceição

25 de dezembro – Dia de Natal

* A lei chilena permite que algumas datas de comemoração possam ser alteradas em determinados anos (por exemplo, se o feriado coincidir com uma 3ª feira, o mesmo pode ser alterado para a 2ª feira dessa semana). Os feriados apresentados referem-se ao ano de 2013.

Corrente Elétrica

220 volts AC, 50 Hz.

Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico.

7. Endereços Diversos

Em Portugal

Embaixada do Chile em Portugal

Av. Miguel Bombarda, 5 – 1º

1000-207 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 213 148054 / 3538516 / 3524680 | Fax: (+351) 213 150909

E-mail: embachile@net.novis.pt | <http://chileabroad.gov.cl/portugal>

aicep Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE

Rua Júlio Dinis, 748, 9º Dto

4050-012 Porto

Tel.: +351 226 055 300

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 217 909500 | Fax: (+351) 217 909581

E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA

Direção Internacional

Av. da República, 58

1069-057 Lisboa - Portugal

Tel.: (+351) 217 913700 | Fax: (+351) 217 913700

E-mail: international@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

Turismo de Portugal, I.P.
Rua Ivone Silva, Lote 6
1050-124 Lisboa
Tel.: (+351) 211 140200 | Fax: (+351) 211 140830
E-mail: info@turismodeportugal.pt | <http://www.turismodeportugal.pt/>

Autoridade Tributária e Aduaneira
Rua da Alfândega, n.º 5, r/c
1149-006 Lisboa – Portugal
Tel.: (+351) 21 881 37 00 | Linha Azul: (+351) 21 881 38 18
E-mail: at@at.gov.pt / dgaiec@dgaiec.min-financas.pt | <https://www.e-financas.gov.pt/de/jsp-dgaiec/main.jsp>

No Chile

Embaixada de Portugal em Santiago do Chile
Nueva Tajamar, 555, Torre Costanera, piso 16
Las Condes - Santiago de Chile – Chile
Tel.: (+56) 220 30542/3/8 | Fax: (+56) 220 30545
E-mail: embajada@embportugal.tie.cl

aicep Portugal Global – Santiago do Chile
Embajada de Portugal – Oficina de Comercio
Nueva Tajamar, 555, Torre Costanera, piso 16
Las Condes – Santiago de Chile – Chile
Tel.: (+56) 2431 01 80 | Fax: (+56) 2 431 01 81
E-mail: aicep.santiago@portugalglobal.pt | www.portugalglobal.pt

Câmara de Comércio Chile-Portugal
Miraflores 276 Of. 53
Casilla 3883
Santiago de Chile – Chile
Tel.: (+56) 26323564/6649700 | Fax: (+56) 26320633
E-mail: lusochile@terra.cl

Cámara de Comercio de Santiago de Chile AG
Monjitas 392
Santiago de Chile – Chile
Tel.: (+56) 23607000 | Fax: (+56) 26333395
E-mail: cpn@ccs.cl | <http://www.ccs.cl>

Cámara Nacional de Comercio, Servicios y Turismo de Chile
Calle Merced, 230
Santiago de Chile – Chile
Tel.: (+56) 23654000 | Fax: (+56) 23654001
E-mail: cnc@cnc.cl | <http://www.cnc.cl>

Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales – Direcon
Calle Teatinos 180
Santiago de Chile – Chile
Tel.: (+56) 28275100
<http://www.direcon.cl>

Comité de Inversiones Extranjeras – Cinver
Calle Ahumada 11, piso 12
Santiago de Chile – Chile
Tel.: (+56) 26984254 | Fax: (+56) 26989476
<http://www.cinver.cl>

Banco Central de Chile
Calle Agustinas, 1180
Santiago de Chile – Chile
Tel.: (+56) 26702000 | Fax: (+56) 2 6702099
<http://www.bcentral.cl>

Unión Europea – Delegación de la Comisión Europea en Chile
Av Ricardo Lyon 222
Torre Paris, 3er piso.
Providencia. Santiago
Tel.: (+56) 2 3352450 | Fax: (+56) 2 3351779
E-mail: delegation-chile@eeas.europa.eu | http://eeas.europa.eu/delegations/chile/index_es.htm

8. Fontes de Informação

8.1 Informação Online **aicep** Portugal Global

Documentos Específicos sobre o Chile

- Título: “Chile – Relações Económicas Bilaterais com o Chile 2008-2012”
Edição: 03/2013

- Título: “Chile – País em Síntese”
Edição: 11/2012
- Título: “Chile – Dicas de Internacionalização”
Edição: 07/2012
- Título: “Chile – Oportunidades e Dificuldades do Mercado”
Edição: 06/2012
- Título: “Chile – Condições Legais de Acesso ao Mercado”
Edição: 06/2012
- Título: “Chile – Sites Seleccionados”
Edição: 04/2012
- Título: “Chile – Informações e Endereços Úteis”
Edição: 03/2012
- Título: “Chile – Convenção para Evitar a Dupla Tributação”
Edição: 04/2006
- Título: “Chile – Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos”
Edição: 12/1997

Documentos de Natureza Geral

- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”
Edição: 01/2013
- Título: “Guia do Exportador”
Edição: 05/2012
- Título: “Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático”
Edição: 04/2012
- Título: “Aspetos a Acautelar num Processo de IDPE”
Edição: 04/2012
- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”
Edição: 04/2012

- Título: “Marcas e Desenhos ou Modelos – Regimes de Proteção”
Edição: 04/2012
- Título: “Normalização e Certificação”
Edição: 04/2012

Esta informação *On-line*, entre outra, pode ser consultada no Site da aicep Portugal Global, na Livraria Digital em – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx> ou no tema “sobre Mercados Externos” – Chile: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=39>.

8.2 Endereços de Internet

- Agencia de Cooperación Internacional de Chile (AGCI) – <http://www.agci.gob.cl/>
- Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC) – <http://www.apec.org/>
- Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) – <http://www.aladi.org/>
- Banco Central – <http://www.bcentral.cl>
- Biblioteca del Congreso Nacional (BCN) – <http://www.bcn.cl>
- ChileAtiende (Portada Servicios del Estado) – <http://www.tramitefacil.gov.cl>
- Comisión Nacional de Energía (CNE) – <http://www.cne.cl>
- Comité de Inversiones Extranjeras – <http://www.inversionextranjera.cl>
- Consejo Nacional de Innovación para la Competitividad (CNIC) – <http://www.cnic.cl>
- Corporación de Fomento de la Producción (CORFO) – <http://www.corfo.cl>
- Departamento de Extranjería y Migración del Ministerio del Interior y Seguridad Pública – <http://www.extranjeria.gob.cl>
- Diario Oficial de la Republica de Chile – <http://www.diariooficial.cl>
- Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales (DIRECON) – <http://www.direcon.cl/>
- Dirección de Compras y Contratación Pública (Dirección Chile Compra) – <http://www.chilecompra.cl>

- Dirección de Promoción de Exportaciones (ProChile) – <http://rc.prochile.gob.cl>
- Doing Business in Chile 2013 (World Bank Group) – <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/chile>
- Doing Business in Chile – Starting a Business 2012 (World Bank Group) – <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/chile/starting-a-business>
- Federación Gremial de la Industria (SOFOFA) – <http://www.sofofa.cl>
- Fiscalía Nacional Económica – <http://www.fne.cl/>
- Fondo de Fomento al Desarrollo Científico y Tecnológico (FONDEF) – <http://www.fondef.cl>
- Fondo de Garantía para Pequeños Empresarios (FOGAPE) – <http://www.fogape.cl>
- Fundación Empresarial Comunidad Europea-Chile (Eurochile) – <http://www.eurochile.cl>
- Gobierno Transparente – <http://transparencia.inversionextranjera.cl>
- Gobierno de Chile – <http://www.gobierno.cl>
- Instituto Nacional de Estadísticas (INE) – <http://www.ine.cl>
- Instituto Nacional de Normalización (INN) – <http://www.inn.cl>
- Instituto Nacional de Propiedad Industrial (INAPI) – <http://www.inapi.cl>
- Instituto de Salud Pública de Chile – <http://www.ispch.cl/>
- Market Access Database (tariffs, procedures and Formalities, trade barriers, etc.) – <http://madb.europa.eu/mkacddb2/indexPubli.htm>
- Mercado Publico: La Plataforma de Licitaciones de ChileCompra – <https://www.mercadopublico.cl/Portal/login.aspx>
- Ministerio de Agricultura – <http://www.minagri.gob.cl>
- Ministerio de Economía, Fomento y Turismo – <http://www.economia.cl>

- Ministerio de Hacienda – <http://www.hacienda.gov.cl>
- Ministerio de Minería – <http://www.minmineria.cl>
- Ministerio de Obras Públicas – <http://www.mop.cl>
- Ministerio de Relaciones Exteriores – <http://www.minrel.gov.cl>
- Ministerio del Trabajo y Previsión Social – <http://www.mintrab.gob.cl>
- Organization of American States (OAS) – <http://www.oas.org/en/default.asp>
- Portal Chileno do Turismo – <http://www.chile.travel/>
- Portal Tributario del Inversionista Extranjero – <http://www.sii.cl/portales/inversionistas>
- Portal de Comercio Exterior – <http://www.portalcomercioexterior.cl/>
- Servicio Agrícola y Ganadero (SAG) – <http://www.sag.cl/>
- Servicio Nacional de Aduanas – <http://www.aduana.cl>
- Servicio Nacional de Turismo (SERNATUR) – <http://www.sernatur.cl/>
- Servicio de Impuestos Internos (SII) – <http://www.sii.cl>
- Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (SELA) – <http://www.sela.org/view/index.asp>
- Start-Up Chile – <http://startupchile.org/>
- Subsecretaria de Desarrollo Regional y Administrativo (BUBDERE) – <http://www.subdere.gob.cl/>
- Superintendencia de Servicios Sanitarios (SISS) – <http://www.siss.gob.cl/572/channel.html>
- ZOFRI S.A. – <http://www.zofri.cl/index.php>
- ZonAustral – Zona Franca – Punta Arenas – <http://www.zonaustral.cl/>